

Importações dos PALOP's isentas de direitos?

Expr.
30/1/86

O GOVERNO português encara a possibilidade de abolir em 1989 os direitos alfandegários cobrados sobre os produtos importados dos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa (PALOP), soube o EXPRESSO de fonte oficial.

De acordo com a proposta em estudo, a abolição das taxas actualmente cobradas antecipa em 7 anos o período negociado para aproximar a pauta alfandegária portuguesa da da Comunidade Europeia que já consagra aquele tratamento preferencial aos 66 países da África, Caraíbas e Pacífico, membros do ACP, grupo de que fazem já parte algumas das ex-colónias.

Segundo a fonte, a ser tomada esta decisão ela assumirá uma «importância psicológica» como gesto de simpatia e amizade para com aqueles países que, dessa forma, poderão ver as suas exportações substancialmente incrementadas para o mercado nacional.

Portugal importou cerca de 23 milhões de contos



Os direitos alfandegários sobre as importações dos PALOP's poderão acabar em 1989

do conjunto destes países, cabendo 93 por cento desse total à República Popular de Angola, cuja principal exportação continua a ser o petróleo.

A Balança Comercial com os PALOP continua favorável em cerca de 3 milhões de contos à Portugal, apesar do total das exportações para aqueles mercados ter caído de 36 para 23 milhões de contos entre 1985 e 1986.